



## PERCEPÇÃO E PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL

[Maria Elaine Kohlsdorf](#)

### RESUMO

Apesar das evidências quanto ao papel da percepção ambiental na preservação da paisagem cultural, a aplicação dos estudos da primeira à teoria e à prática do patrimônio histórico é bastante recente. Isto se deve à contemporaneidade de ambos os assuntos, sistematizados apenas a partir do século passado, no hemisfério norte; só então se desenvolvem os estudos ambientais, impulsionados pelos fracassos da gerência e do planejamento territoriais, e assume-se a proteção paisagística pelo seu significado para a memória dos povos graças à contribuição de outras áreas acadêmicas além da arquitetura e do urbanismo. O texto que se segue tece considerações sobre esses temas a partir de certos princípios: a primeira parte (A PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL) aborda os conceitos de preservação, identidade e memória, e os vínculos entre os mesmos; a segunda parte (PAISAGENS E PERCEPÇÃO), observa as relações entre lugares e o conhecimento sensível, expondo as balizas tomadas para a percepção; a terceira parte (PAISAGENS E PRESERVAÇÃO) apresenta uma metodologia para aplicação de insumos da análise perceptiva às ações de proteção aos sítios históricos; por fim, a conclusão (PERCEPÇÃO E PRESERVAÇÃO) insere os procedimentos anteriormente expostos em um marco teórico mais abrangente.

**Palavras-chave:** Percepção Ambiental; Cognição; Preservação do Patrimônio; Paisagem Cultural.

### ABSTRACT

In spite of the environmental perception play a part in the preservation of the cultural landscape, the application of the studies to the theory and to the practice of the historical patrimony is very recent. It is because both of the subjects were systemized only in the last century, in the north hemisphere, on account of the failure in the territory's management and planning. Ever since, the landscaped protection is reconsidered as an attribution to the people memories by academic areas beyond the architecture and the urbanism. This text talks about this thesis using some concepts. The first part (A PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL) works with the ideas of preservation, identity and memory, and the associations among them. The second part (PAISAGENS E PERCEPÇÃO) is about the relationships between places and sentient knowledge, exposing the principles used for the perception. The third part (PAISAGENS E PRESERVAÇÃO) presents a methodology for the application of the instruments of the perceptive analyzes to the protection of the historical sites. The conclusion

(PERCEPÇÃO E PRESERVAÇÃO) inserts those procedures that were already exposed in a wider theory.

**Keywords:** Environmental Perception; Cognition, Preservation of Social Heritage; Cultural Landscape.

---

## PERCEPÇÃO E PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL

Apesar de que as rotinas para preservação do patrimônio cultural ainda não incorporaram plenamente os estudos sobre percepção ambiental, estes vêm impondo-se no debate técnico-científico e na abertura à participação popular. Este fato é muito recente, assim como o é a sistematização em áreas de conhecimento, tanto da proteção desses bens, quanto da percepção ambiental.

Na Europa, a preocupação oficial com a memória social inscrita no espaço data da segunda metade do século XIX e, no Brasil, é fruto da Semana de Arte Moderna, ganhando impulso decisivo sob o ministério Capanema, nos anos 1930. Porém, o tema patrimônio histórico é ainda mais afeto à gestão pública do que à academia. A interação disciplinar encontra-se em estado germinativo, pois a presença de especialistas de outras áreas não equilibrou o predomínio dos arquitetos, estes tradicionais atores nos órgãos de proteção, nos diversos níveis administrativos. <sup>1</sup>

Os insumos sobre percepção do espaço, aplicáveis à preservação do patrimônio histórico, provêm das ciências ambientais, graças a pesquisas que as consolidaram, na Europa e nos Estados Unidos, no pós-segunda guerra mundial. Os estudos foram movidos pela deterioração acelerada do *habitat* humano no séc.XX, e alargaram o conceito de qualidade de vida para considerar as necessidades sociais como construção histórica, diversificada e mutante, da qual participa a paisagem como nicho cultural. Assim, a degradação ambiental passou a incorporar valores significativos para os povos, em termos históricos, artísticos e, mais recentemente, afetivos.

Nesses trabalhos, evidenciaram-se os fracassos da gestão territorial no século passado e as conseqüências desastrosas de certas escolhas da sociedade industrial. Por outro lado, a expansão dos meios de comunicação possibilitou a divulgação dessas informações, conduzindo a uma consciência popular e impulsionando a produção em diversas áreas científicas. Ambas as atitudes expuseram que nem tudo ia bem, na sociedade do bem-estar industrial. <sup>2</sup>

Na verdade, já em 1910 Patrick Geddes alertava para o reducionismo do urbanismo racionalista que, indiferente, instalou-se como a maneira adequada de organização do espaço para a reprodução capitalista; foi seguido pelo humanismo de Lewis Mumford e pelas denúncias de Anna Freud e J. Bowlby, os últimos abrindo espaço à considerável produção de estudos comportamentais e, posteriormente, ecológicos. Iniciava-se nova diversidade disciplinar, beneficiada por autores de várias formações, como Jane Jacobs, Manuel Castells, Michel Foucault, Richard Sennet e Milton Santos. Preparando a transdisciplinaridade de hoje em dia, suas obras revelaram os objetivos que se colocara a sociedade ocidental desde o Renascimento,

e que se configuraram, a partir da Revolução Industrial inglesa, em um projeto socialmente excludente, sem fronteiras geográficas ou culturais e com forte estratégia espacial. Contingentes populacionais foram cada vez mais privados de benefícios coletivamente gerados, sendo estes não apenas materiais, mas também indispensáveis à "*higiene mental*", expressão irônica a partir do higienismo inspirador do urbanismo apologético da indústria, e que limitou o discurso justificativo de sua enorme produção durante o séc. XX ao atendimento de meia dúzia de necessidades físicas estereotipadas. <sup>3</sup>

A última metade do século que findou assistiu ainda a transformações estéticas que acompanharam o estágio avançado do modo de produção capitalista, este responsável pela consolidação de uma única ordem social, política e econômica para todo o planeta. A imposição de um modelo de aldeia capitalistamente global desfez remanescentes de unidades culturais e estabeleceu a globalização da cultura, mas esta última tornou-se uma esfera autônoma, como destacou FEATHERSTONE (1995, 1997), marcando os últimos cinquenta anos como um período de estetização do cotidiano. A preservação da paisagem cultural não poderia escapar dos impasses desse cenário, e dificilmente se trocaria a permissividade de uma crítica epidérmica ao modernismo, pelo entendimento do patrimônio como capital cultural, ventável, rentável e diferentemente acumulável. Assim, o discurso assumido pelo urbanismo de "*gentrificação*" de antigas substâncias degradadas fala de bens estáveis e neutros, e não de expulsão das populações pobres que neles vivem; assim como se "*restaura*" com o *fake*, assumem-se "*citações*" antigas em novas arquiteturas. A prática da preservação de sítios apenas recentemente incorporou a seu debate o pensamento de BOURDIEU (1977): ao mesmo tempo em que serve para unificar uma nação, o patrimônio é espaço de luta material e simbólica entre classes, etnias e grupos.

Tal contexto solicitou a revisão do ensino e da prática no campo territorial, como no caso da arquitetura e do urbanismo, que se restringiram por mais de 50 anos aos cânones do Movimento de Arquitetura Moderna. Moveu, também, a organização dos estudos ambientais em área de conhecimento, deslocando o foco do objetivismo próprio ao olhar positivista para a intersubjetividade dos grupos historicamente definidos, e substituindo a pesquisa de causalidades pela de relações. Ora, integrando o objeto das ciências ambientais, o indivíduo, os grupos sociais e as populações demandam abordagens cognitivas pois, para dar conta das relações entre o homem e seu ambiente, é preciso centrar-se nos códigos que regem tais vínculos, e nas características de suas decodificações. Embora recente, a sistematização dos estudos de percepção ambiental já apresenta pujante produção intelectual. Ela evidenciou a face perceptiva presente na abordagem geográfica, resgatou urbanistas excluídos, como Camillo Sitte e Raymond Unwin, e beneficiou-se do debate entre as várias correntes da psicologia, assim como do encontro entre arquiteto e antropólogo em Kevin Lynch.

De seu lado, a trajetória da preservação do patrimônio histórico não escapou aos meandros por que passaram a *intelligentsia*, os políticos e os burocratas no século passado. Seja por ignorância, ingenuidade, messianismo ou arrogância, o fato é que se permitiram inúmeras abordagens equivocadas sobre os bens que formam, coletivamente, as identidades grupais, implicando perdas irremediáveis de acervo.

As considerações que se seguem visam contribuir na discussão da preservação dos bens culturais com argumentos vindos de estudos de percepção ambiental. São fruto de prática, ensino e pesquisa, todos limitados aos últimos trinta anos e também por certas eclusas inevitáveis: o olhar arquitetônico, a abordagem morfológica do espaço e o compromisso com o projeto. A propósito, a tarefa de projetar remete ao principal impulso dessas considerações, pois nela se lida com o dilema de monitorar o futuro desempenho de lugares reais a partir de códigos projetuais diferentes daqueles próprios às populações que irão utilizá-los. Esse impasse encaminha à observação do papel dos estudos perceptivos na projeção pois, como nível cognitivo, a percepção

permite inserir no projeto o olhar do usuário lado a lado ao olhar do arquiteto. Tal parceria de enfoques é indispensável quando se assume que a preservação de bens culturais visa torná-los fundamento da história dos povos, e que os códigos desse acervo devem ser compartilhados no cotidiano dos indivíduos, e não apenas dentro de museus, nos livros ou em iconografias. E a percepção é o nível cognitivo que possibilita essa partilha entre todos os tipos de atores sociais.

Considera-se aqui, portanto, a percepção dentro dos processos de aprendizagem; importam as especificidades dela como nível cognitivo, suas relações com outros modos de conhecimento e as possibilidades oferecidas por seu mecanismo mental. Essas questões serão esclarecidas oportunamente e na medida de sua utilidade ao tema.

## **A PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL**

Inicialmente evocando contemplação e bucolismo, a noção de paisagem hoje se atrela, necessariamente, aos processos sociais; será sempre um conceito cultural sob o olhar arquitetônico, pois este se refere necessariamente a lugares com presença humana, mesmo em se tratando do meio natural.

O conceito de paisagem cultural é útil no debate da preservação de bens patrimoniais porque é abrangente e restritivo. É abrangente porque pode conter diversos componentes da cultura espacial humana, definindo o alcance da paisagem pela demarcação do bem preservado: paisagens são edifícios, conjuntos deles ou seus interiores; frações urbanas ou cidades inteiras; jardins, parques, sítios naturais ou arqueológicos. Por outro lado, o conceito de paisagem é restritivo porque, vinculado à percepção, concentra a observação do espaço em sua porção abrangida pela vista. Mas essa redução é positiva na medida em que enlaça a preservação da paisagem cultural e uma certa modalidade cognitiva - a percepção.

A paisagem cultural é uma categoria complexa quando se refere ao patrimônio histórico, artístico e afetivo dos povos, não apenas pelas dimensões físicas dos elementos de acervo, nem pela diversidade que os individualiza. Esses bens são complexos porque abrigam patrimônio de natureza tanto material quanto imaterial, e porque neles há concentrações sociais com rico espectro de práticas culturais que, se resguardadas, formam a memória dos povos. Entre tais práticas, encontram-se aquelas de espaço, cuja materialidade configura a paisagem visualmente apreensível e transformada por ações em sociedade, estas marcadas pelo diálogo entre saberes, fazeres, afetos e símbolos. Por isso, a paisagem cultural não é um cenário inerte, mas possui natureza histórica e está em permanente construção e mudança.

Paisagens são, portanto, patrimônio material; este se apresenta aos indivíduos por meio de sua forma física e perceptível a qual, em se tratando de lugares, os expõe, informando sobre a vida social nos mesmos e interagindo com os indivíduos que neles estão. Por isso, atributos morfológicos das paisagens são elementos vivos que permitem, facilitam e induzem; ou inibem, restringem e impossibilitam fazeres que não prescindem da espacialidade. A história da humanidade demonstra que a configuração dos ambientes tem sido mais do que o meio ou produto dos processos sociais: trata-se de um tipo de prática indispensável à vida grupal.

A paisagem cultural elevada a bem preservável transmite uma condição patrimonial para sua forma e justifica os cuidados para com a mesma. Pois, em se mostrando o bem através de sua configuração, ela é o veículo de transmissão da

identidade e da história do mesmo, sendo o meio pelo qual se contam fatos, processos e práticas. Essas evocações articulam-se em processos cognitivos e possibilitam disponibilizar elementos, encontrados nos lugares cotidianos dos indivíduos, para edificação da história social. Tais elementos tornam a configuração das paisagens sob proteção um bem simbólico que participa ativamente da formação da memória dos povos.

Entende-se memória como a possibilidade de dispor de acontecimentos passados no presente, sempre que aqueles já tenham sido anteriormente disponibilizados. Platão e Aristóteles atribuíam à memória duas condições: a retentiva, responsável pela conservação de fatos que, por serem passados, subtraíram-se à vista; e a lembrança ou propriedade de evocar, em certa ocorrência presente, acontecimentos passados, tornando-os presentes. Para CERTEAU (1994), a memória tem caráter ativo de escolha, e sua implantação em certo lugar é um momento de ação, pois se aproveita uma ocasião para mobilizar lembranças relacionadas ao que sucede e reinstalar, ainda que virtualmente, eventos passados. Ela tem a autoridade de tirar certos elementos de recordações coletivas ou individuais, inverter a ordem ou o lugar nos mesmos, ainda que os espaços vividos sejam meras presenças de ausências. No entanto, permite localizar o que não está presente, porque a inscrição em nossa memória dos fatos evocados exerce-se apenas em práticas espaciais. Na verdade, as práticas espaciais são a maneira irrestrita de transmitir ausências pelo espaço, quando se está em determinado lugar.

A transmissão de ausências por meio de paisagens significa a inscrição da memória no espaço; pode ser elemento formador de cidadania se, ao possibilitar reminiscências, expor identidades coletivas, ainda que para este conceito encontrem-se definições diferentes. Aristóteles definiu identidade como unidade de substância, Leibnitz, como uma questão de substitutibilidade, e Weismann, como uma convenção, pois a identidade pode ser reconhecida a partir de qualquer parâmetro estabelecido. Tais divergências permitiriam inclusões injustificadas e exclusões irreparáveis de bens nas listas de preservação, caso não se relacionassem os conceitos de identidade e de memória, e se desconsiderasse o papel dos lugares nos processos de identificação e de construção de lembranças, vinculando-se a memória à afetividade. No campo afetivo, memória e identidade são indissociáveis porque a primeira indica a coerência da história interior e a identidade, como permanência no tempo, constrói a história do sujeito.

A formação da memória e da identidade passa pela trama das relações sociais, o que significa compartilhar códigos; neste caso, o símbolo ultrapassa seu papel de substituto de alguma coisa para constituir-se em instrumento de ligação entre memória e identidade. Sendo código ou símbolo, há elementos da configuração da paisagem cultural capazes de revelar traços fisionômicos desses lugares, permitindo que eles sejam conhecidos e incorporados afetivamente aos sujeitos, e passem a fazer parte de sua trajetória em certo ciclo temporal. Cuidar deles e expô-los às populações é o objetivo das ações de preservação, as quais precisam responder à revelação da identidade dos lugares - ou seja, mostrar as feições que permanecem no tempo e participam da construção da história dos grupos sociais. Preservá-los significa definir suas permanências, em termos do quê, como e para quem preservar, requerendo coleta e análise de informações capazes de revelar a identidade dos lugares.

Portanto, é necessário que os dados de configuração selecionados permitam descobrir a face de certa paisagem culturalmente significativa e, por isso, objeto de preservação. Mas deve-se considerar que essa identidade sempre adere ao tempo: ela não é um cenário, e sim um processo; não é um objeto concreto, mas um conjunto de atributos; não é uma situação única, porém uma série de situações referidas cada qual a um certo momento. Por ser o rosto configurado de sua história, a identidade dos lugares apenas se mostra consistente quando a associamos à abrangência do método histórico, que seleciona fatos e os interpreta à luz de hipóteses totalizantes, oferecendo

um contexto explicativo onde dados morfológicos adquirem significado e papel. Assim, as análises configurativas são um conjunto de procedimentos com certa função no método histórico - e não um caminho auto-explicativo; suas categorias analíticas são fios condutores que possuem capacidade de descrever morfológicamente cada momento, mas não o explicam desacompanhadas do olhar integral da ciência histórica.

A História explica o processo social relacionando etapas temporais específicas de cada contexto, e a análise configurativa produz os correspondentes dados morfológicos; a interação de ambas fornece a representação elucidada das transformações da paisagem, como uma narrativa de seu processo de vida. Aplicando-se as mesmas categorias configurativas para diferentes tempos históricos e comparando-se os resultados, revelam-se os traços fisionômicos que permaneceram, e se inferem tendências metamórficas. As conclusões podem ser meramente informativas, mas também instrumentos fundamentais para as decisões de preservação, pois se têm objetivamente os elementos de determinado lugar que devem ser protegidos de descaracterização, porque atestam sua identidade histórica. Neste sentido mostram, por exemplo, quais relações devem permanecer entre comprimento, largura e altura de edifícios para que certo bairro não se desfigure; quais ritmos caracterizam determinados conjuntos de fachadas por largura, altura, proporções ou zoneamento compositivo; quais proporções de logradouros são decisivas na identidade de certos setores; ou quais composições paisagísticas guardam a individualidade de alguma praça. A partir desse arcabouço, pode-se elaborar estratégias de gestão dos sítios tombados (figura 01).



Esta pintura do meio do século 19 mostra uma vista do centro da cidade a partir do morro de Santa Teresa. À direita pode-se ver o Aqueduto da Lapa ligando o Morro de Santa Teresa ao de Santo Antônio. O aqueduto levava as águas do Rio da Carioca até o centro da cidade. Ao centro, a Rua do Lavradio.



Esta foto de 1997, tirada do mesmo ponto de vista, mostra altos prédios no lugar do demolido Morro de Santo Antônio. Ao centro pode ser vista a Catedral do Rio de Janeiro. O Aqueduto da Lapa conduz agora os bondes do bairro de Santa Teresa até o centro da cidade.

FIGURA 01: Permanências e metamorfoses em duas paisagens do Rio de Janeiro, correspondentes a épocas distintas (fonte:<http://members.nbci.com/rioantigo/>)

## PAISAGENS E PERCEPÇÃO

Além de participar da estrutura histórica dos sítios, a forma é o principal veículo de comunicação dos mesmos, pois é o meio pelo qual os indivíduos tomam consciência dos lugares, em seu dia-a-dia, e não apenas intencional e esporadicamente. A

configuração do espaço incide nos processos gerais de aprendizagem, estes entendidos como atividades cotidianas e constantes no ciclo vital das pessoas; composições morfológicas são informações permanentemente oferecidas pelos lugares e tornam-se noções espaciais a partir da percepção humana e em todas as práticas desenvolvidas no espaço. Em se tratando de sítios patrimoniais, o conceito e a articulação entre memória e identidade devem ser considerados à luz dos processos cognitivos, pois se justifica a preservação dos bens para que outros indivíduos os conheçam e tenham a possibilidade de construir sua história social. Como vimos, a forma dos lugares exerce nessa construção papel fundamental e torna-se bem simbólico, participando ativamente da formação da memória dos povos. Esta última, por sua vez, nutre-se da identidade e a abastece, remetendo para a revelação dos traços fisionômicos dos lugares o principal dilema metodológico das ações de preservação do patrimônio.

O debate dessa questão pode ser auxiliado observando-se certas peculiaridades da identidade nos processos cognitivos. Em se tratando de objetos visíveis (como o são as paisagens), seu reconhecimento depende de suas características, mas também de um sistema de posições espaciais e de sua chave de decodificação - ou seja, das relações entre elementos espaciais. Para que haja identificação, o sentido próprio a algo que se observa deve estar ligado a sua orientação, e invertê-lo de posição é despi-lo de seu significado. Assim o espaço, como objeto de conhecimento, existe em função do olhar que o encontra sob um certo viés, e que não o reconhece de outra maneira; por tal razão, a orientação é parceira constante da identidade.

A identificação dos objetos pode dar-se por várias modalidades de conhecimento; a percepção é apenas uma delas, não devendo ser confundida com qualquer compreensão que se tenha dos fenômenos. Ela insere-se no modo de conhecimento sensível, distinto de maneiras predominantemente racionais de conhecer e que empregam códigos restritos. O produto do modo sensível é fruto de atividades cognitivas a partir de informações colhidas diretamente pelo sistema sensorial humano e do predomínio de mecanismos mentais infralógicos. Este modo abriga dois níveis cognitivos: a percepção e a imagem mental, tão articulados que muitos autores os consideram uma única fase cognitiva. Entretanto, os desempenhos informativos da percepção e da imagem mental são bastante diferentes, porque assim também são seus mecanismos.

A percepção é a ação da inteligência como um todo sobre sensações colhidas pelos sistemas sensoriais. Ela é o nível primevo na gênese das estruturas inteligentes, mas repete-se a cada novo processo cognitivo, colocando-se como um primeiro passo de aproximação aos fenômenos. Por isso, a percepção é uma atividade permanente durante o ciclo vital, e está presente em todas as modalidades de aprendizagem, sejam elas o senso comum, a ciência ou a adesão a idéias. Em outras palavras, a percepção é a ação básica do conhecimento e, como este, socialmente construída.

A ação integral da inteligência sobre informações sensivelmente captadas leva a percepção a requisitar a presença física dos objetos. No caso dos lugares, este tipo de apreensão passa necessariamente por sua configuração, que é decodificada por meio do sistema visual dos indivíduos; os demais veículos sensoriais atuam em conjunto com a visão, mas só se destacam se ela for deficiente. Percebe-se sua forma graças ao mecanismo do aparelho visual, às operações mentais envolvidas e à iluminação adequada para que o nervo ótico seja excitado. A amplitude limitada do cone visual humano demanda movimentar olhos, cabeça e corpo para que a percepção se processe e faz com que o movimento, tanto quanto a luz, seja um condicionante da percepção do espaço. Assim, esta se altera de acordo com a velocidade e do modo de locomoção do observador, e só pode ocorrer pela associação de séries de cenas percebidas, cada qual mostrando porções do espaço. Tais fragmentos organizam-se como perspectivas cônicas, em função da esfericidade do globo ocular humano, de seu posicionamento frontal e das características de formação da imagem retiniana; assim,

as informações remetidas ao cérebro são de porções espaciais configuradas por linhas, superfícies e grandezas deformadas, podendo referir-se tanto à frente, quanto a diversos lados do observador (OLIVEIRA, 1977; KOHLSDORF, 1996).

Cada um desses campos visuais poderia ser definido como uma paisagem, atendo-se à definição desta como porção de espaço abrangida pela vista. Frente ao alcance do conceito de paisagem como entidade cultural e necessariamente percebida, pode-se também considerá-la como conjuntos maiores que se apresentam à percepção como uma seqüência de diversos cones ou campos visuais voltados para várias direções, mas postos principalmente à frente ou lateralmente do observador, no caso de deslocamentos cotidianos (figura 02).

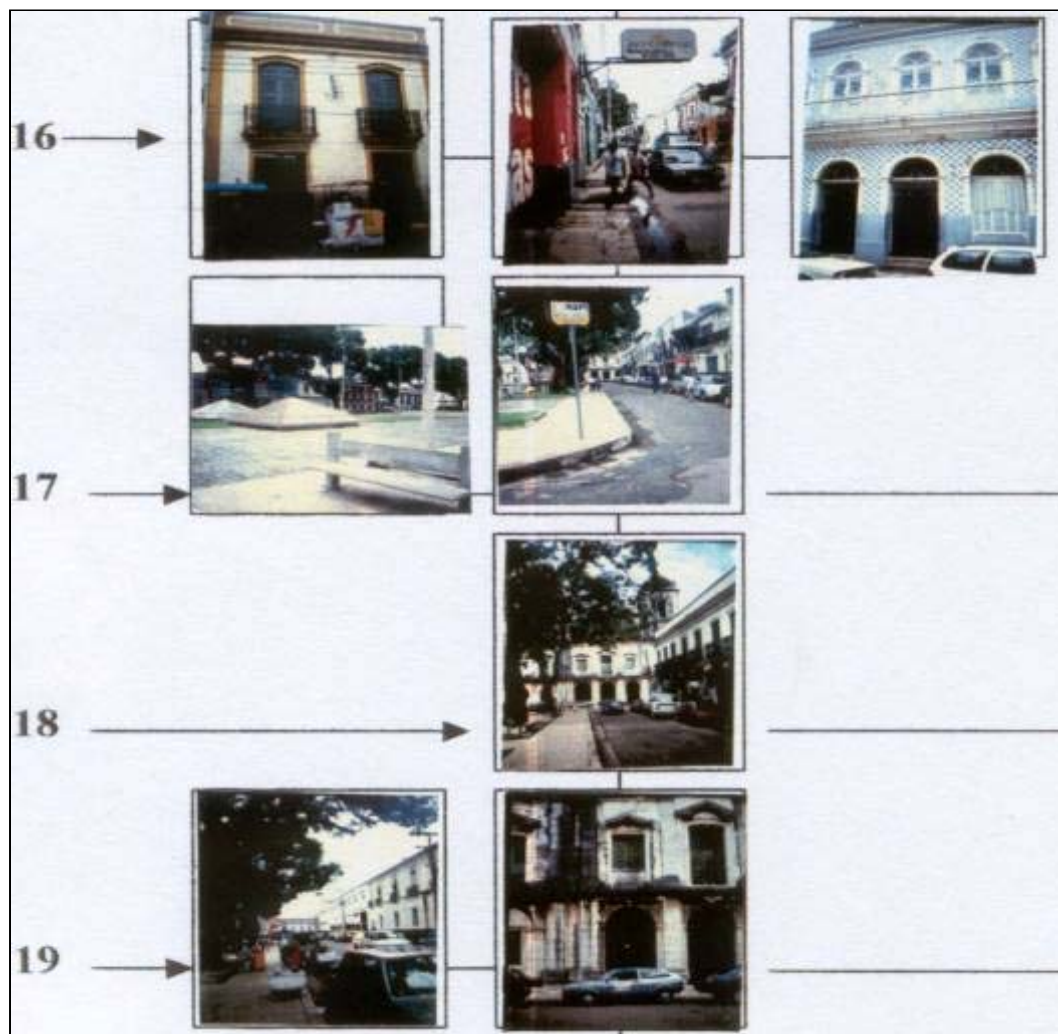


FIGURA 02: Campos visuais em trajeto a pé na Cidade Velha de Belém, Pará (fonte: Américo, E., 2000:131).

Porém, a percepção é duplamente seletiva, pois depende de condições propícias não apenas à visão, mas também à ação da inteligência sobre as informações expostas. Ou seja, além de o sistema visual estar ativo e de existir iluminação adequada para excitação do nervo ótico, deve haver também certa quantidade e qualidade de informação das formas apresentadas ao observador, contidas nos cones visuais, para que haja interesse dos mecanismos cognitivos. Durante os deslocamentos registram-se, portanto, apenas campos visuais com grau de estímulo morfológico adequado à percepção, e em determinados momentos, que funcionam como "estações" desses percursos.



As informações colhidas nos campos visuais, situados em certas estações dos trajetos, sofrem mudanças profundas quando as descargas nervosas provenientes dos estímulos luminosos são submetidas à ação da inteligência. Essas transformações são catalogadas como efeitos visuais classificáveis de diversas maneiras e, juntamente às estações e campos de observação, oferecem noções sobre o lugar percebido, as quais surpreendem pela riqueza e abrangência: em um mesmo indivíduo, articulam-se significados subjetivos e decodificações genéricas, pré-inferências e hipóteses muitas vezes confirmáveis.

Assim, as percepções abrigam decodificações tanto particulares quanto interpessoais. Por um lado, traduzem significados exclusivos para cada indivíduo que dependem de particularidades de sua memória socialmente estruturada; isto faz com que a percepção seja um ato culturalmente definido. Por outro lado, há noções perceptivas genéricas, porque são referências cognitivas básicas no desenvolvimento da aprendizagem de qualquer indivíduo; tal fato possibilita buscar na percepção da paisagem os atributos universalmente perceptíveis de sua identidade. [4](#)

A percepção de qualquer lugar condiciona-se, portanto, pelo movimento, pela seleção e pela transformação de informações captadas pelos sentidos. Essas características sugerem que as pesquisas de percepção da paisagem não apenas as considerem, mas façam, daquelas, seus fios condutores. A técnica de análise seqüencial que se vem aplicando compromete-se com esse pressuposto e descreve os trajetos por pautas seqüenciais, que são "*radiografias*" do espaço percebido onde se mostram as estações, os intervalos métricos e temporais transcorridos entre as mesmas, seus campos visuais e os correspondentes efeitos visuais. Todos esses elementos comportam-se como categorias de análise para a percepção espacial, admitindo procedimentos quantitativos e qualitativos que conduzem, dentre outras, a conclusões sobre a identidade dos lugares a partir de sua qualidade informativa na percepção. A análise seqüencial desenvolve-se nos percursos mais freqüentados, a partir de prévios exames de fluxos de pessoas ou veículos na área considerada, mas também em situações segregadas de interesse patrimonial, as quais deveriam ser incorporadas aos trajetos cotidianos por estratégias planificadoras. [5](#)

A aplicação da análise seqüencial permite expor os traços de identidade perceptíveis da paisagem e que, por isso, devem ser preservados, mas essa inferência apenas ocorre se os submetermos às informações históricas pertinentes. Atributos por vezes discretos, mas de incontestável valor para a memória dos povos, podem surgir em observações mais detalhadas dos campos visuais, ou mesmo serem a razão do registro de novas estações. No entanto, se há características da identidade morfológica de certo sítio patrimonial ignorados pela percepção universal, isto significa que as mesmas não são suficientemente pregnantes, indica problemas na comunicação da memória inscrita no espaço e solicita providências às ações de preservação, para resgatar a evidência do valor dos traços fisionômicos à percepção universal.

## PAISAGENS E PRESERVAÇÃO

A percepção seleciona atributos dos lugares diferentes daqueles próprios ao planejamento da preservação de sítios históricos. Este utiliza geometrias que expressam rigorosamente características matemáticas do espaço, e substitui a imprecisão dos níveis cognitivos sensíveis pela exatidão da geometria projetiva, pelo sistema de projeções ortogonais e por perspectivas cavaleiras. O espaço projetual não oculta nada e mostra-se em sua verdadeira grandeza por intermédio das escalas;

revela-se por um observador jamais posicionado em seu interior, mas capaz de examiná-lo em cada canto obscuro. Assim, o projeto e o planejamento operam em um modo de conhecimento restrito aos responsáveis pelos mesmos, na divisão social do trabalho, e cujos procedimentos visam garantir a coerência entre proposições, decisões e execuções.

O dilema processual da preservação das paisagens estabelece-se na medida em que o projetista controla o espaço de seu exterior, por meio de um olhar que não é o da percepção, ainda que esta seja o modo como os indivíduos apreendem a identidade dos bens de interesse patrimonial. Trata-se de duas geometrias diferentes, embora ambas passíveis de tradução por meio dos elementos euclidianos, ou seja, do ponto, da linha, da superfície e do volume. Na geometria da percepção, as figuras ocultam-se umas às outras, os objetos diminuem de tamanho conforme estejam mais afastados do observador, as proporções modificam-se e as paralelas encontram-se no infinito.

Habitantes em seu cotidiano e visitantes dos sítios preservados jamais perceberão certo edifício por sua representação em planta, nem um setor da cidade sob a forma de cortes ou elevações; percebem composições de superfícies que, por nos cercarem de modo mais próximo ou mais afastado, estabelecem limites físicos para nossa visão e para nosso corpo; ou elementos que atraem a atenção para o final da cena que se oferece ao nosso olhar, ou que a interrompem bruscamente, impedindo que se saiba o que escondem. Percebem, na verdade, efeitos visuais que se descrevem por meio de uma geometria própria à percepção - e não à tradição projetual. Por exemplo, efeitos topológicos podem ser representados pela proximidade, continuidade ou distanciamento de paredes, pisos e eventuais tetos em relação ao movimento do observador; semelhantemente, efeitos perspectivísticos expressam-se por ocultações e deformações próprias à perspectiva cônica (figura 03).

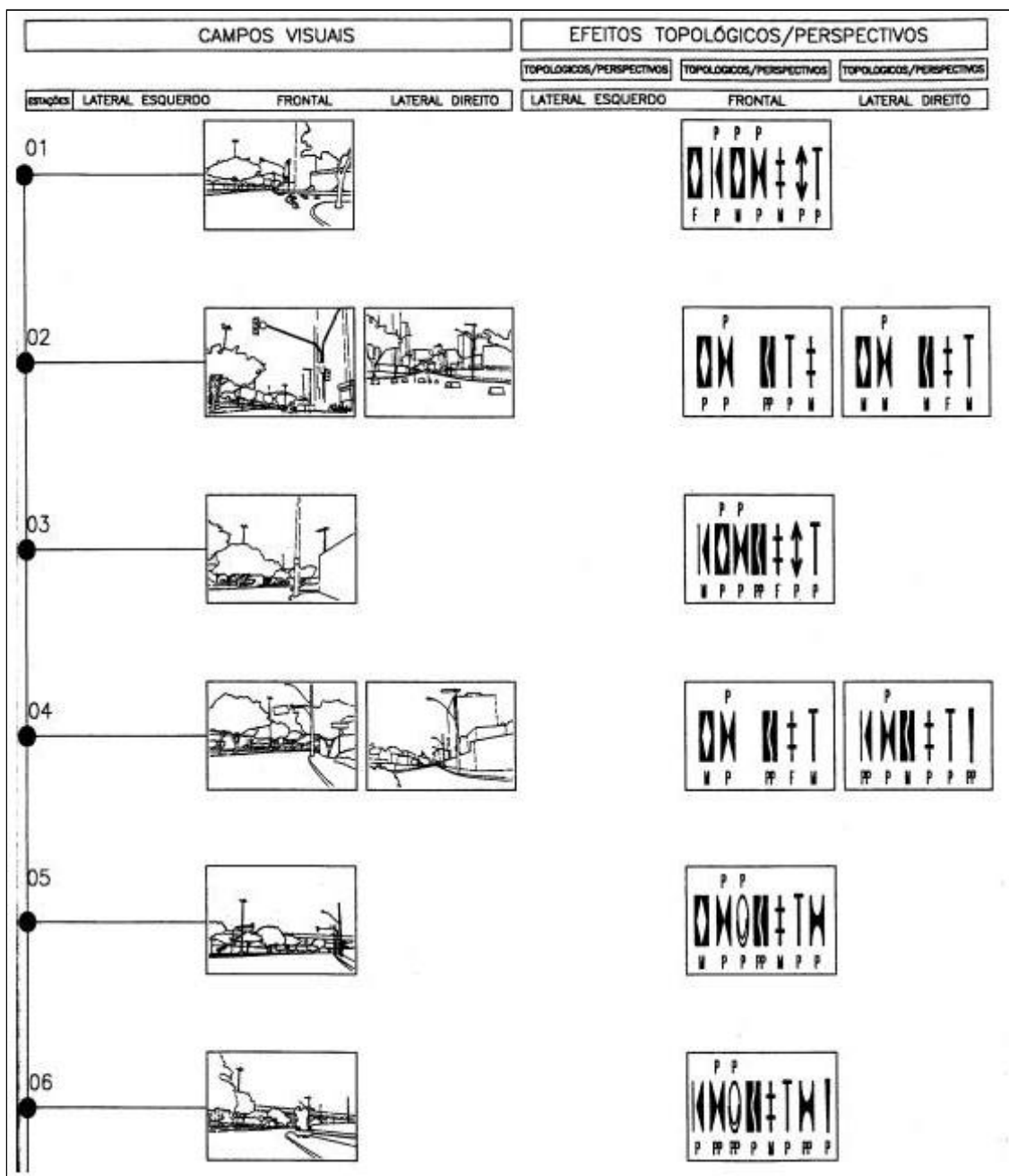


FIGURA 03: Efeitos topológicos e perspectivos registrados em percepção de passageiro de automóvel, na Enseada do Suá, Vitória, ES (fonte: Buffon, A. C., 2000:62)

Na geometria projetual, as dimensões e proporções dos recintos estão em sua verdadeira grandeza, os objetos podem ser mostrados sem ocultação e em seus diferentes aspectos e as relações entre os elementos euclidianos aparecem em sua realidade objetiva. Enquanto a geometria da percepção representa o mundo tal como o vivenciamos sensivelmente, a geometria projetual o expressa como jamais será efetivamente visto, mas disponibiliza dados necessários à sua melhor compreensão e indispensáveis às ações de preservação de monumentos e sítios patrimoniais.

Relacionar esses dois níveis requer, primeiramente, ter-se presente que a articulação seqüencial de cenas apresentadas à percepção do observador em movimento são séries de efeitos óticos representáveis como composições espaciais. Em segundo lugar, considerar que tais composições podem ser associadas às informações expressas em projeções ortogonais, perspectivas axonométricas e em outras maneiras tradicionalmente empregadas no projeto. Isso permite examinar, por exemplo, como a planta de uma cidade, o perfil de um conjunto de edifícios, a cota de coroamento das construções ou os índices de ocupação dos lotes são transformados pelas leis da percepção em estações, campos ou efeitos visuais.

Embora não exista tradição ou sistematização de pontes entre essas duas linguagens, os fatos encaminham para que se opere em projeto consciente das decodificações ocorrentes no nível da percepção. As diferenças marcantes entre os dois modos de representação respondem a solicitações das peculiaridades de cada um, onde se alinha um método de registro cinético (atendendo ao papel do movimento do observador na percepção) ao caráter estático das projeções ortogonais (acolhendo quantidades a serem manuseadas em obra). Trata-se, ainda, de um confronto entre a fragmentação do sistema de representação projetual e a totalidade requerida pela percepção, onde se apreendem conjuntos e, jamais, elementos isolados.

A apreensão de totalidades é característica fundamental da percepção, mas não é suficientemente destacada no ensino e na prática do projeto arquitetônico e urbanístico. Nestes, ainda predominam abordagens de porções espaciais ou até de elementos isolados, estendendo-se este equívoco às ações de preservação, que apenas recentemente incorporaram estudos de visuais de entorno dos monumentos tombados. No caso de sítios históricos, a carência de um enfoque de conjunto atinge o próprio conceito de memória; graças a ela, percebem-se conjuntos associados a outras totalidades, que foram apreendidas em instantes passados e imaginadas no futuro. Logo, a noção de totalidade é fundamental quando se observam os lugares como bens de valor histórico, cultural, artístico e afetivo, pois é por meio da captura de conjuntos, via percepção, que as pessoas entrarão em contato com a memória dos povos inscrita no espaço.

Tais confrontos caracterizam a tarefa de definir os elementos constituintes do sistema de informações próprio da projeção que incidem na percepção da identidade dos lugares. Em termos práticos, trata-se de buscar correspondências entre categorias perceptivas e de representação projetual, o que pode ser experimentado selecionando-se atributos do sistema de codificação de projetos que seriam, hipoteticamente, incidentes na percepção dos lugares (TRIEB & SCHMIDT, 1985; KOHLSDORF, M.E., 1996). Plantas, cortes, elevações e perspectivas axonométricas podem ser observados em sua potencialidade na geração de eventos nas pautas seqüenciais que, como vimos, expressam o espaço percebido. Por exemplo, malhas (que são representações em planta) possibilitam intervalos maiores ou menores entre estações das seqüências, conforme o tamanho de seus segmentos; conjuntos de fachadas com mesma largura (representadas em elevações) não propiciam novas estações porque mantêm inalterado o nível de estímulo visual nos percursos; planta topográfica mostrando relevo acidentado indica formação de efeitos perspectivos de mirante (figura 04).

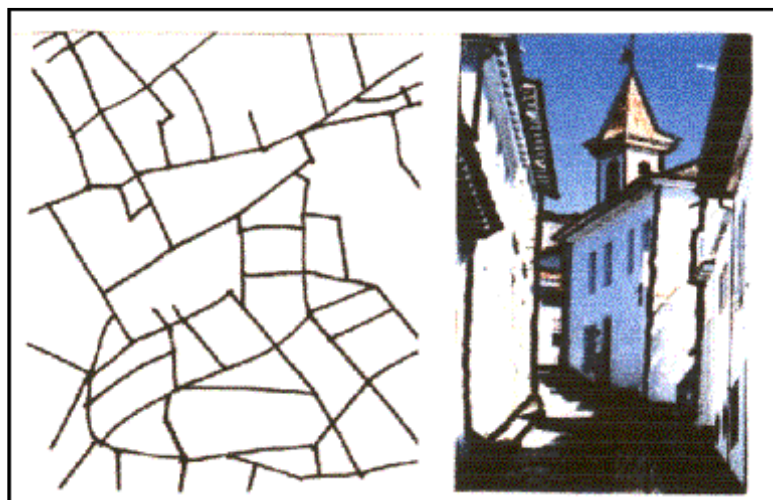


FIGURA 04: Representação de malha e de um campo visual, onde se assinalam os planos delimitadores dos efeitos visuais, em Diamantina, MG (fonte: Kohlsdorf, M.E., 2000:26).

Mas existem certos critérios para essa seleção, que devem corresponder às características da percepção do espaço - e o primeiro é a noção de totalidade. Para atendê-la a partir de um sistema de representação fragmentado, pode-se proceder por aproximações: primeiro, buscando composições planas de conjuntos nas projeções ortogonais; em seguida, analisando os elementos de composição espacial por classes, mas em seu papel nos conjuntos; e, finalmente, procurando sínteses das análises anteriores que as organizem como temáticas morfológicas. Em outras palavras, são categorias de cortes analíticos (nos planos horizontal e vertical), categorias elementares (com os componentes volumétricos que organizam o espaço da cidade) e uma categoria-síntese (articulação das duas anteriores), todas subdivididas em elementos e atributos. As categorias de cortes correspondem às projeções ortogonais que, no plano horizontal, geram plantas e mapas e, no plano vertical, cortes, elevações, perfis e silhuetas. As categorias elementares congregam elementos de sítio físico, edificações, complementos de mobiliário urbano, sinalização e construções de engenharia urbana. E a síntese das mesmas dá-se na categoria estrutura morfológica do espaço.

Este conjunto organizado de representações espaciais contempla inventários para preservação de sítios porque expõe diversas características de sua forma, algumas delas traços de identidade revelados em atributos fundamentais dessas representações, e que seriam objeto de normas legais e medidas de gestão do patrimônio cultural. A inferência dessas características dá-se pela aplicação, aos dados geometricamente representados, de métodos estatísticos simples que indicam a predominância de certos elementos e relações morfológicas, bem como de leis de composição como contraste, dominância, simetria, equilíbrio, semelhança etc.

Uma vez revelada, deve-se avaliar a identidade das paisagens conforme expressa em categorias projetuais incidentes na percepção, bem como expor as leis de sua pregnância, esta definida como capacidade de certa forma ser facilmente gravada na memória de quem a percebe. Importa, portanto, avaliar o potencial informativo da configuração das paisagens como capacidade de estímulo cognitivo, pois diferentes graus de complexidade das mesmas oferecem intensidades distintas de informação e de possibilidades de decodificações. É este o olhar que deve ser aplicado às categorias projetuais mencionadas.

Portanto, o sistema de representação no planejamento para preservação da paisagem deve contemplar categorias e elementos analíticos que conduzam aos traços pelos quais os lugares apresentam-se à percepção dos indivíduos em seu cotidiano. Em segundo lugar, a descrição realizada por esses meios precisa inferir a capacidade informativa de elementos e atributos, possibilitando localizar aqueles que devem ser resguardados de desfiguração, porque são responsáveis pela identificação do lugar examinado. A partir daí, tem-se condições de encaminhar projetos para preservação e reforço de identidade morfológica da paisagem (figura 05).



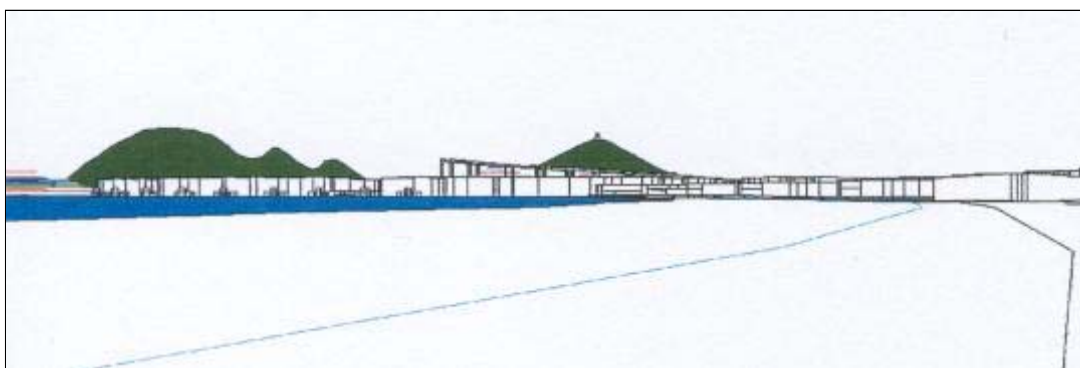


FIGURA 05: Diretrizes de ocupação do solo na Enseada do Sua, Vitória, ES, resgatando a presença do Convento da Penha em paisagens da Praia Comprida e da Reta da Penha (fonte: Buffon, A. C., 2000:256, 285).

## PERCEPÇÃO E PRESERVAÇÃO

Como vimos, o recolhimento de informações sobre paisagens culturais a serem preservadas deve contemplar tanto as necessidades de representação projetual do espaço quanto suas características perceptíveis pelas populações. Também foi comentado que categorias analíticas projetuais convenientes possibilitam vínculos à totalidade das configurações, conforme demandado pela percepção. Isto porque tais relações expõem a estrutura morfológica dos lugares correspondente ao que se percebe, e descrevem os componentes das referidas estruturas.

Logo, é necessário associar dois sistemas inventariais, que devem ser suficientemente abrangentes para receber qualquer sítio preservado, além de receptíveis aos instrumentos legislativos correntes. Por outro lado, são indispensáveis

dados adequados às representações de cada um destes sistemas; por exemplo, as fontes cadastrais codificadas em mapas e plantas não são suficientes para o abastecimento de todas as categorias inventariais, pois se necessita de grande quantidade de informações expressas por meio de perspectivas. É irrelevante se tais representações realizam-se por meios artesanais ou informatizados, desde que mostrem o que interessa para informar as ações de preservação da paisagem, revelando as características de configuração de cada categoria incidentes em sua identidade perceptível. O mesmo se aplica às quantificações de atributos das categorias, imprescindíveis na inferência dos traços de identidade dos lugares: importa demonstrar, por exemplo, que a identidade de um certo setor apoia-se no fato de que a maioria de seus lotes é grande ou muito pequeno, regular ou muito irregular, com o mesmo formato ou diferente - para que se justifique certa medida que proíbe desmembramento, ou que o admite em lotes com área superior a um certo valor.

Isto é possível contemplando a percepção desses lugares como nível cognitivo preferencial das ações de preservação e, conseqüentemente, indicando os atributos de identidade desses lugares que se evidenciam quando os percebemos. Realiza-se quando se aplica um sistema de representação projetual articulado à percepção, mas permanentemente adequado à natureza processual, social e espacial de cada lugar considerado.

Evidentemente, todas essas atividades abordam determinados aspectos do espaço que prevalecem sobre outros, quando se trata da preservação de paisagens. As expressões patrimônio histórico, artístico e cultural correspondem a expectativas sociais de que certos lugares respondam como bens simbólicos e não apenas como espaços funcionais. Isto é, que possuam a propriedade substitutiva do símbolo, capaz de habilitá-los em evocar fatos, processos e relações sociais considerados relevantes à memória coletiva. Se o fizerem de modo a serem facilmente registrados pela percepção cotidiana das populações, estarão atendendo à carência da memória popular, desprovida da profundidade histórica presente no patrimônio restrito aos intelectuais. Informando pela via da percepção universal do espaço, paisagens pregnantes contribuem à construção de uma identidade coletiva, a qual é morfológica, tanto quanto histórica.

Paisagens consideradas patrimônio cultural valem, principalmente, pela capacidade do espaço em historiar através de alguns aspectos, onde se destacam o simbólico, o artístico e o topoceptivo. Pelo primeiro, edifícios, cidades e paisagens são sistemas de sinais que adquirem significados quando interpretados e, por meio de certos atributos morfológicos, participam do processo de simbolização (PICADO, 2000). O segundo aspecto as observa como lugares que se oferecem à fruição (AMÉRICO, 2000) e, no terceiro, são consideradas por informarem sobre a localização das pessoas, orientando-as e se identificando (KOHLSDORF, M.E., 1996).

Assim, a preservação da paisagem cultural passa por sua consideração em certos aspectos relevantes, também chamados de dimensões morfológicas dos processos sociais. <sup>6</sup> Como plano analítico do espaço utilizado, cada dimensão exige um determinado olhar, que seleciona atributos pertinentes, embora as três recém citadas nivelem-se pelos procedimentos da análise perceptiva e pelo direcionamento das categorias projetuais às características incidentes no modo de representação sensível. Ou seja, possuem a base comum da análise seqüencial, a partir do movimento, seleção e transformação de informações ocorrentes na percepção. Eventos como estações, intervalos e campos visuais são interpretados especificamente para cada uma dessas dimensões - a topocepção, a artística e a simbólica (figura 06).



FIGURA 06: Esquema de categorias inventariais para análise por meio de representações perceptiva e projetual (fonte: Kohlsdorf, M.E., 2001).

Este artigo beneficiou-se de consultoria que desenvolvo junto ao IPHAN em Brasília, na elaboração do Inventário Nacional de Configuração de Espaços Urbanos (INCEU). Contribuíram para as reflexões aqui apresentadas as saudáveis discussões e o trabalho solidário com as arquitetas Márcia Sant'Anna, Isolda Honnen, Yeda Barbosa e Vandi Falcão, bem como o incentivo e a confiança depositados pela dra. Célia Corsino. Desejo compartilhar com elas a satisfação de participar desta edição especial, homenageando com humildade Profa. Dra. Livia de Oliveira.

## NOTAS



1. Desde 1932, o resguardo dos bens culturais considerados significativos para a memória nacional está a cargo do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e de seus departamentos regionais, associados a órgãos de proteção local (estaduais e municipais). Apenas a partir da década de 1990, o Ministério da Educação brasileiro passou a incluir disciplinas de preservação de sítios antigos nas diretrizes curriculares dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, embora existam experiências anteriores de Cursos de Extensão e Especialização sobre o tema, como é o caso do CECRE, oferecido em parceria entre o IPHAN, a UNESCO e a Universidade Federal da Bahia.

[\(VOLTAR AO TEXTO\)](#)

2. DEL RIO (1990) e HOLANDA (1999) examinaram revoltas populares na Europa e América do Norte contra prédios, conjuntos habitacionais e renovações urbanas, resultando em seu abandono ou demolição, na segunda metade do séc.XX.

[\(VOLTAR AO TEXTO\)](#)

3. Cf. CHOAY, F., 1965 e KOHLSDORF, M.E., 1985.

[\(VOLTAR AO TEXTO\)](#)

4. Autores como LEONTIEV (1976) e TUAN (1980) indicam várias demarcações para os processos de percepção, desde a esfera individual até o conjunto da humanidade, passando por várias possibilidades de grupos. Afirmam que, no referido nível cognitivo, estão contidas não apenas interpretações pessoais, mas também coincidências universais de decodificações, como já havia sido registrado nas pesquisas de LYNCH (1960) e de TRIEB (1974). Esta hipótese é fundamental quando se aplica a categoria "percepção" à Arquitetura/Urbanismo, pois sua prática projetual destina-se a populações heterogêneas.

[\(VOLTAR AO TEXTO\)](#)

5. Ver: KOHLSDORF, M.E., 1996; BARBOSA, Y., 1994; BUFFON, A.C., 1999; REGO, J., 1999 e AMÉRICO, E., 2000.

[\(VOLTAR AO TEXTO\)](#)

6. Cf.: HOLANDA, F.; KOHLSDORF, G.; KOHLSDORF, M.E.; OLIVEIRA, P.M. e VILLAS BOAS, M. (1985, 1988, 1989, 1994) e KOHLSDORF, G. (1995).

[\(VOLTAR AO TEXTO\)](#)

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMÉRICO, Eliel. **Ensaio sobre a Agradabilidade Visual da Cidade**. Brasília: FAU-UnB (dissertação de mestrado), 2000.

BARBOSA, Yeda V.P. **Princípios de Preservação Paisagística para Áreas Livres Públicas de Bens Patrimoniais - o caso de Pirenópolis**. Brasília: FAU-UnB (dissertação de mestrado), 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BUFFON, Ana Cláudia. **Ensaio da Teoria Topoceptiva**. Brasília: FAU-UnB (dissertação de mestrado), 1999.

CERTEAU, Michel de: **A Invenção do Cotidiano**. Rio: Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. **L'Urbanisme - utopies et réalités**. Paris: Du Seuil, 1965.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

FEATHERSTONE, Mike: **Cultura de Massa e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FEATHERSTONE, Mike: **O Desmanche da Cultura**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

HOLANDA, Frederico. **Exceptional Space**. Londres: Bartlett School (tese PhD), 1999.

HOLANDA, Frederico; KOHLSDORF, Gunter; KOHLSDORF, Maria Elaine; OLIVEIRA, Paulo Marcos e VILLAS BOAS, Marcio. **Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização**. Brasília: IA-UnB / FINEP (relatórios de pesquisa), 1985-1988; FAU-UnB / CNPq, (relatórios de pesquisa), 1989-1994.

KOHLSDORF, Gunter. **Sobre a Ciência de desenhar Cidades e a Arte de Construí-las**. Brasília: FAU-UnB (dissertação de mestrado), 1995.

KOHLSDORF, Maria Elaine. 1985. "Breve Histórico do Espaço Urbano como Campo Disciplinar". In: Farret, Ricardo. **O Espaço da Cidade**. São Paulo: Projeto, 1985.

KOHLSDORF, Maria Elaine. 1996. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Ed. UnB, 1996.

KOHLSDORF, Maria Elaine. 2000. **Metodologia para Recolhimento de Dados de Configuração Urbana em Sítios Tombados**. Brasília: IPHAN-DID, 2000.

LEONTIEV, Alexis: **Le Développement du Psychisme**. Paris: Editions Sociales, 1976.

OLIVEIRA, Lívia. **Estudo Metodológico e Cognitivo do Mapa**. Rio Claro: UNESP (tese de livre-docência), 1977.

REGO, Joana d'Arc. **Transformações da Identidade Topoceptiva da Praça Tubal Vilela - Uberlândia -MG**. FAU-UnB. (dissertação de mestrado), 2000.

TRIEB, Michael. **Stadtgestaltung - Theorie und Praxis**. Düsseldorf: Bertelsmann, 1974.

TRIEB, Michael e Schmidt, Alexander. **Erhaltung und Gestaltung des Ortsbildes**. Stuttgart: Kohlhamer, 1985.

TUAN, Yi-Fu: **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980.

---

## INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA

[\(VOLTAR AO TEXTO\)](#)

Arquiteta (UFRJ), Mestre (UnB); professora adjunta aposentada (FAU-UnB); professora visitante (diversas IES); professora (Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, IESPlan).

[mek@persocom.com.br](mailto:mek@persocom.com.br)

**SUMÁRIO**

**OLAM - Ciênc. & Tec.**

**Rio Claro  
ISSN 1519-8693**

**Vol 1**

**nº 2 p. 187 - 211  
[www.olam.com.br](http://www.olam.com.br)**

**Novembro / 2001**